

historia: fronteiras



Vol. II

Eunice Nodari
Joana Maria Pedro
Zilda M. Gricoli Iokoi
(organizadoras)

Volume II



História: Fronteiras

XX Simpósio Nacional da ANPUH

Florianópolis-SC

Julho de 1999

ANPUH

Humanitas
FFLCH/USP

1999

MEMÓRIA SOCIAL DE BRASÍLIA: MODERNIDADE E RELAÇÕES RURAIS E URBANAS

Nancy Alessio Magalhães
Universidade de Brasília

Em nosso cotidiano, freqüentemente, inclusive em nossas conversas, são acentuados o esfacelamento do social e da experiência, o declínio da memória e da palavra comuns. Isto nos reporta à perspectiva benjaminiana, segundo a qual a lembrança é figura-chave da desmistificação da modernidade, cuja tragédia é o seqüestro da experiência e da memória, a perda da aura, da tradição¹. O significado de nossas vidas não está dado socialmente: necessita, por isso, ser reconstruído num universo incerto, a partir de fragmentos esparsos, destroços, tradições esfaceladas, pistas deixadas pelas histórias que não tiveram chance de acontecer². A memória é, então, crucial como meio e processo para se recuperar a articulação entre o indivíduo e social, para a reconstrução da experiência, para garantir palavras comuns, malgrado esse esfacelamento. É preciso reconstruir tudo: não só o que foi dito e feito, mas também o que foi sonhado, o que foi desejado e ficou reprimido.

Benjamin ressalta que os grupos dominantes monopolizam a memória como continuidade, como unidimensional, reduzindo-a a uma única identidade, de lugar fixo, como versão verdadeira, única e totalizante. Por isso propôs ao historiador a tarefa de uma escritura a contrapelo da história, para se desviar da cultura como barbárie, despojos dos dominados carregados pelos vencedores do momento. Nessa tarefa, as tradições dos oprimidos precisam ser arrancadas do conformismo, numa permanente reescrita, reconstrução das relações presente-passado pela rememoração, para que se alargue o campo da experiência.

Por intermédio do chamado do presente, o fundamental não é descrever o passado armazenado com o seu fluxo, mas investigar, por meio das correspondências de imagens, como e onde esse passado ainda é apoderado pelo nosso presente. Sinais dessa leitura relampejam, são difíceis de captar, têm um índice de mistério, cuja compreensão requer presença de espírito.

A partir dessas perspectivas, torna-se, então, uma necessidade que nos voltemos para o universo das inúmeras tentativas experimentadas por grupos humanos para enfrentarem lutas, tensões e desafios; gestar projetos, inclusive com alternativas de organizar o social; construir direitos, os quais indicam, muitas vezes, pequenas mas significativas rupturas em relação à ordem existente.

A isto articula-se a exigência de que pessoas, sejam elas pesquisadores, historiadores ou não, concentrem esforços em registrar, interpretar, explicar processos e relações construídos na experiência, só à primeira vista marcados pelo repetitivo, pela mera permanência. São as minúsculas situações da vida cotidiana, indicadoras, inclusive, dos perigos do aniquilamento da cultura e da tradição. Estas são processos que vivem enquanto são continuamente reapropriados e reconstruídos, na transmissão de bens culturais de geração a geração. Mas sua efervescência vital pode ser perdida, ao ser remanejada pelos poderosos, ou desaparecer, se os seres humanos restarem condenados à amnésia e o passado se mantiver inibido de possibilidade de redenção.

E o tempo impõe o mesmo limite a todo sujeito que lembra, assim como ao historiador: a impossibilidade de reviver o passado tal qual ele foi. E aí entra a questão fundamental da linguagem como elemento socializador da memória.

Torna-se desafiante concretizar através de diferentes linguagens tudo o que se passa a experimentar quando nos transformamos em veículo da memória de outrem, resultante da interação observado-observador. Com a equipe que integro, ousou optar, inclusive, pela história oral, pela imagem fotográfica e de vídeo para registrar, analisar, interpretar e socializar os resultados de uma pesquisa. Com o uso destes meios, podemos reconstruir, nas falas, objetos e gestos, projetos, tempos da dor, das alegrias, da fé, da esperança, buscados no passado, vividos no presente,

ampliados para o futuro, de grupos sociais que, em geral, são ignorados e esquecidos nas versões estabelecidas. Assim, reconstruirmos narrativas resultantes de diálogos entre diferentes produtores de conhecimentos e saberes, pesquisados e pesquisadores, diferentes pensadores³.

Aos motivos de ordem ideológica, o historiador italiano Ginzburg agrega a questão metodológica posta pela documentação que, em relação aos grupos dominados é escassa e quase sempre indireta e, ainda, o é duplamente: por serem “escritos” (diante de grupos que dificilmente tiveram – ou têm – acesso à escrita) e de “autoria” de indivíduos mais ou menos ligados à cultura dominante⁴.

Trata-se, então, de enfrentar essa complexa questão de modo mais frutífero, como indica o estudo de Bakhtin ao pesquisar as relações entre Rabelais e a cultura popular de seu tempo. Neste rico trabalho, o autor formula hipótese de um influxo recíproco, uma “interação”, uma “circularidade” entre cultura subalterna e a dominante⁵.

Gramsci também estimula-nos a entender diversas concepções, pontos de vista, que movem os diferentes grupos subalternos, ao invés de induzir-nos a uma visão homogênea, abstrata e, por isso, empobrecedora dos mesmos⁶.

Assim, quando tomo como referência subalternidade e dominação é no sentido de que, além de não expressarem apenas exploração, essas noções também podem ampliar e abrir outras possibilidades concretas, como relações de poder, que não deixam de qualificar e questionar o pretérito-presente da exclusão social e política de grupos construtores, por exemplo, de Brasília, com os quais trabalhamos⁷.

A dimensão de luta fundamenta, então, o espaço de criação daquelas referidas linguagens como elementos que possibilitem aos dominados não serem apenas isso, mas se transformarem em sujeitos na cena histórica oral, visual e escrita. Essa dimensão, por sua importância crucial, na argumentação aqui tecida, não se constitui em doação, mas na conquista de múltiplos direitos: entre eles, à terra, à educação, à palavra, à imagem, à memó-

ria, à história⁸. É uma luta que inclui diferentes, nós e eles, que se reconhecem como conteúdos de uma mesma humanidade.

Há uma transformação da memória quando ela é fixada em algum suporte. Torna-se mais evidente sua dimensão de poder, no caso, quando se constrói uma documentação, seja ela escrita, visual ou sonora.

No tratamento dessas questões, no Núcleo de Estudos da Cultura, Oralidade, Imagem e Memória no Centro Oeste – NECOIM-CEAM/UnB, optamos por entrevistar e documentar oralmente, visualmente e por escrito, as memórias de pessoas comuns; entre elas, aquelas que se envolveram direta ou indiretamente com o dia-a-dia de Brasília, na época do seu surgimento, nas décadas de 50 e 60, particularmente com a construção da Vila Planalto e da barragem do Paranoá; tanto os migrantes que para aí se dirigiram nessa época e seus descendentes, como os que já residiam na região próxima à barragem, já antes da construção da nova capital federal⁹.

Os depoimentos e imagens visuais que daí resultam não são os consagrados, os repetidores do existente; são instituintes de significados. Como expressões da experiência humana, não são redutíveis à sua relação com as condições materiais em que surgem. Há excesso de significação sobre os significados explícitos em qualquer obra de pensamento. Sempre há algo irreduzível que pode vir à luz na posteridade, quando seus herdeiros também participarão, assim, da obra¹⁰.

Desta forma, apontarei alguns temas e questões preliminares que fazem parte de um estudo que estou desenvolvendo em torno das articulações entre rural e urbano em Brasília, com base nessas experiências de pesquisa.

Categorias e conceitos, imagens e associações, já consagrados, persistem em boa parte das concepções de rural e urbano, como se fossem atemporais, e, de tal modo, que automaticamente são apresentados como os únicos possíveis, verdadeiros e totalizantes.

Tratam-se, entre outros, de pontos de vista que desembocam em visões generalistas que, de algum modo, opõem o campo (o rural) e a cidade (o urbano) de modo excludente. Numa sociedade como a brasileira o campo (rural) ainda é visto como

atrasado e a cidade (urbano) como avançada, porque tem desempenho industrial e oferece produtos para consumo. Sem dúvida, o campo brasileiro, sem reforma agrária, mantém-se por meio de uma política concentradora da propriedade da terra, cada vez mais voltada para a exportação, em detrimento da produção de alimentos, insuficiente até mesmo para a parcela restrita de pessoas que consegue comer e habitar as cidades dignamente. Nestas, cada vez mais exercitam-se diversos mecanismos de exclusão, entre eles e o desemprego. Portanto, nem tão modernas nem avançadas como se propaga¹¹.

Assim, esses processos de oposição das relações entre cidade-campo acabam por silenciar as interconexões aí existentes, as quais, ao serem explicitadas mesmo que minimamente, põem a nu os conflitos, que permanecem não resolvidos no presente. Por isso é que uma imagem comum do campo é a que o identifica com o passado (rural), perdido e tranqüilo, embora atrasado e limitado. E uma imagem comum da cidade é a que a identifica com o futuro, urbano a conquistar, intranqüilo, mas moderno, com promessas de prosperidade e progresso. Mas, quem elabora essas imagens e para quê?

Árduo e significativo é o esforço de estudiosos como o historiador inglês Williams ao descrever e analisar a experiência e interpretação inglesas do campo e da cidade na literatura (romances e poesias). Ao discutir as evocações de uma vida campestre estável, de abundância e felicidade, indica que este e outros refúgios metafóricos devem ser entendidos tanto à luz dos valores dos quais são eles alternativos, como devem ser relacionados à aquisição de uma dimensão social específica "(...) a questão é que no campo e na cidade, fisicamente presente e substanciais, a experiência encontra um material que corporifica os pensamentos"¹².

Williams, em sua obra aqui considerada, não toma o real dado, mas o real se fazendo em panoramas, paisagens. Há uma negação clara de análise externa a este real em processo, de análise por intermédio de grandes categorias que não permitem o agir de modo instituinte.

Williams acentua como gêneros instituintes da memória as formas narrativas, sem abandonar os temas. Há um papel ativo

das produções artísticas na produção do imaginário e um peso do imaginário na produção das identidades. Referenciais vão sendo construídos, por exemplo, como o da paisagem; a construção da paisagem implica em centros de poder. O imaginário, assim, é uma dimensão da sociedade, não é seu reflexo, nem sua derivação. Os espaços cognoscíveis (a partir de uma das possíveis leituras de Williams) são os espaços de consideração. Nesta perspectiva é que a literatura, as artes, as crenças seriam espaços do imaginário.

Ao discutir as idealizações sobre uma vida campestre estável, Williams indica que este e outros refúgios metafóricos devem ser entendidos tanto à luz dos valores dos quais são eles alternativos, como devem ser relacionados à aquisição de uma dimensão social específica, no processo de sua conversão em sonho localizado. O mito recorrente de um passado feliz e mais natural no campo varia de significado e se diferencia nas dimensões sociais que lhe podem ser ou não correspondentes, assim como a remissão da cidade ora à civilização e ao progresso, ora ao tumulto e à guerra.

1132

Por exemplo, Williams observa que poemas e romances ingleses nunca deixaram de assinalar uma oposição à cidade, mesmo com todas as transformações provocadas pela revolução industrial nas relações campo-cidade. Em movimentos intelectuais do século XX, virtudes de uma época anterior, perdida e rural, eram invocadas para se tornarem valores de uma posição explicitamente de defesa dos padrões tradicionais de propriedade ou de um ataque à democracia em nome do sangue e da terra.

Tanto o campo como a cidade não tem tradições harmoniosas, mas incluem diferentes sujeitos, com suas diferentes experiências, em espaços e tempos relacionais e conflitantes. Na metamorfose da memória dominante em vontade geral, outras memórias e experiências são silenciadas, o que mostra espaços de lutas e que grupos dominados, em determinados momentos, preservam outros poderes, mesmo que eventualmente ignorados, inclusive pela pesquisa histórica.

Em meus estudos da história de Brasília, estou buscando ampliar reflexões sobre estes pontos, assim como incorporar

outras questões de Williams sobre o mundo rural e urbano destituídos ou não pelo tempo, quanto pelas mudanças. Além disso, analiso a busca da estabilidade temporária pela recorrência ao mito da felicidade pelo estado primitivo, num contexto onde o exílio, a migração, é uma espécie de combinação de protesto, nostalgia e de lutas por criação de direitos, onde o sedentarismo é encarado como prisão.

Encontro ressonância em Williams, para quem tanto a ficção da cidade como a ficção do campo – o romance e a poesia no caso de suas pesquisas – referem-se a uma comunidade cognoscível, uma sociedade selecionada por um ponto de vista selecionado. A situação pode ser imaginada a partir de uma paisagem, de redes de relações entre pessoas, sejam famílias, proprietários ou não, trabalhadores, gêneros, etnias. Mas é sempre imaginada a partir de uma observação e uma memória seletivas¹³. Não é apenas a cidade, a comunidade urbana ou a comunidade rural: é a posição do observador nela e em relação a ela, uma posição que faz parte da comunidade que se quer conhecer. A abstração de interesses, das intenções dos sujeitos envolvidos leva a uma história universal, igual, homogênea. Assim acontece quando urbanização e industrialização são utilizadas para explicar a migração do campo para a cidade que no Brasil teria se dado de modo generalizado, através de um processo acelerado de transformações significativas, a ponto de muitos a ele se referirem como “queima de etapas”¹⁴.

Na articulação clássica entre o rural e o urbano – esvaziamento do campo, favelas, desemprego, criminalidade etc – ao se supervalorizar os aspectos estruturais pode-se omitir importantes (re)criações de valores e práticas por sujeitos diferentes, em seus modos de vida, seja no campo ou na cidade. Uma complexa mudança, onde uma dimensão é raramente interpretada, a partir dessas perspectivas: “o campo, o rural se aproximou mais do urbano”¹⁵.

De acordo com o plano urbanístico oficial, imaginado como emblema da modernidade – por isso mesmo tombado como patrimônio cultural da humanidade – Brasília não deveria incluir traços rurais em sua construção e consolidação. Porém, com seus poderes, grupos de oprimidos desordenam e subvertem, de cer-

ta forma, planos e projetos e forjam outras relações sociais, estabelecendo outros espaços aí absolutamente não previstos. O lugar da nova capital recebe as marcas desses homens e mulheres e também neles deixa marcas.

Sr. Cabeça (Antônio Amâncio Filho), operário, aposentado e agricultor (por mim entrevistado em vídeo, com a bolsista Isabella B. Ferreira, em 1993), nasceu na Paraíba, teve experiência na construção civil no Rio de Janeiro e na construção da nova capital federal. Hoje é um dos que plantam roça numa área de preservação ambiental (área de tutela, onde não se pode edificar), da Vila Planalto, entre o Palácio da Alvorada e o Palácio do Planalto. Afirma ele

(...) A roça é o meu segredo... É benção de Deus na minha vida!... Quando chega, assim, novembro, dezembro isso aqui é mais lindo do que se pode imaginar. Porque tem tudo em que você pensar em coisas verdes: que a gente come milho, feijão, mandioca, tudo é bonito demais! Aqui, quando eu estou trabalhando, eu tô livre de qualquer tipo de pensamentos traiçoeiros ou maldosos e tô vendo as coisas crescer! A gente conversa com a planta! Tudo que você vai fazer, você tem que falar pra planta, que ela tem que crescer, produzir, porque é parte sua. É como se você estivesse ensinando um menino a viver!... Quando menino, eu vi meu pai fazendo, aprendi um pouco com ele¹⁶.

Desde 1978, ele cultiva a chácara em seu dia-a-dia de trabalho e lazer, mesmo que sua aposentadoria não lhe permita investir mais na terra; e hoje é Presidente da Associação dos Produtores da Vila Planalto¹⁷, bairro tombado em 1988 como histórico, por meio de processos de luta de seus moradores, remanescentes de acampamentos das empresas construtoras de Brasília

A identidade com a terra e outros saberes e experiências soterrados no passado podem, portanto, reaparecer no inesperado, naquilo só aparentemente insignificante, seja no campo ou na cidade¹⁸.

Vejamos Sr. Albino, entrevistado por mim em áudio-cassete em outubro de 1992 e em vídeo em outubro de 1993, com a participação de Amilton Osmail Matias:

Meu nome todo? Albino Fernandes Dias. Sou de 1912.

Nancy: Então fala um pouquinho, como era sua vida lá em Gonzaga, que trabalho o senhor fazia lá?

Sr. Albino : Lá eu tocava, eu mexia com café. Eu tocava a lavoura de café, lá no meio do café, tinha muita mandioca, tinha muita cana, tinha de tudo, né?

Mas eu tinha, eu tinha crédito com aqueles homens lá... Vendia café pro João de Souza e o Quinquim da Cunha. E a mulher relava mandioca, vivia relando mandioca. Tinha ocasião que eu precisava tomar dinheiro da mão dela emprestado, que o dinheiro quando dava pra acertar as contas, o café não dava pra eu pagar as dívidas que eu devia. ... Ela relava mandioca todo dia, ...vendia goma, vendia farinha (ri) e eu é só o café, mexia com o café. ... Devia o Quinquim da Cunha e João de Sousa. ... Eles é fazendeiro forte, comprador de café. Então quanto dava na ocasião de acertar e ia acertar, ficava sempre devendo, nunca que dava pra pagar... A terra... era minha,... da minha vó, o terreno era dela. ... É um terrenozím de 10 alqueire, 10 alqueire de terra.

... Eu vim pra Brasília porque lá eu trabalhava mas era sempre devendo. Aí eu fui falei, tinha um genro lá muito bacana Cumpadre Ulisses, é meu genro né. Aí eu falei com ele, falei assim: "olha, cumpadre, eu vou, vou, vou dar uma volta, vou trabalhar na Brasília que essa Brasília tá dando muito dinheiro. Eu vou lá ver se eu ganho dinheiro pra mim pagar toda a dívida que eu devo e ficar, viver um sujeito independente, igual esses ome que anda me fornecendo aí, né."

... Aí levantei quando madrugada, levantei cedo, joguei o picuá nas costas e caí no mundo...

...Quando o dia clareou eu já tinha andado umas 100 léguas. Aí cheguei, peguei carro, casquei, vim embora pra cá. Inda vim pra Brazlândia, de Brazlândia os menino queria que eu ficasse lá. "É pra ficar aí". Eu falei: "não, aqui não fico não, vou pra lá".

... É, lugar novo, quer dizer que Brasília é uma cidade nova e lá é cidade antiga, aqui é lugar novo.

... Aí eu trabalhava aí uns tempos, tudo que eu ganhava um dinheirinho, vinha embora pra casa. Aí chegava lá, ficava lá uns tempos, quando pouco voltava de novo outra vez, vinha trabalhar..

... O que que eu sinto? Eu me sinto bem, acho bom. Que bom, esses prédios que eu trabalhei na vida, no Palácio do Alvorada, aqui no Palácio do Planalto, trabalhei no Congresso, nos Ministérios...

Aí, com um pouco, ela (a mulher dele) largou e veio embora pra cá, inclusive, quando eu vim, pra cá, os meninos, o João, não queriam nem que eu viesse pra cá, queriam que eu ficasse traba-

thando em Belo Horizonte. Ele arrumou até serviço lá, eu falei: “não, não quero ficar aqui... eu quero é ir pra lá”.

... Eu tive vontade de vir, foi aqui...

... Não, aqui eu não conhecia. Eu queria ir pra um lugar que eu não conhecia. Lá eu conhecia e aqui não (riso).

... Pois é, aí eu interessei vir pra cá por causa dos menino porque pra eles, agora hoje em dia eles tem a casa deles de morar ... é o que eu queria, porque pra mim, como diz, hoje não tá oferecendo vantagem, mas eu tô achando bom, porque tá sendo vantagem pra eles. Porque ali eles trabalham, eles pode, todo dia que trabalha tem lugar de eles chegar e entrar, é isso é que eu queria. Então, hoje eu tô muito satisfeito. ... Porque pra mim, você sabe, na condição que eu tenho, qualquer lugar pra mim tá bom, qualquer lugar eu vivo, mas e eles?

Podemos apreender que, nesse depoimento, predomina a imagem de Brasília como o lugar “bom pra ganhar dinheiro”, com os verbos tanto no presente como no passado. Mas por quê essa interpretação do Sr. Albino? O entrecruzamento de tempos e a ampliação de horizontes e de direitos em sua memória são marcantes. É assim que, ao mesmo tempo, no passado e no presente, tanto valoriza o trabalho de sua mulher como fundamental para pagar suas dívidas com os comerciantes, como frisa seu desejo de ser um sujeito independente como aqueles a quem vivia sempre devendo, o que o leva a migrar; e para um lugar que não conhecia, por isso não quis trabalhar em Belo Horizonte e Brazilândia.

Sempre foi muito forte em Sr. Albino, desde nosso primeiro contato, a intenção de garantir casa e trabalho para os filhos. Portanto, não é só por acaso que sua filha, Efigênia Fernandes Dias, foi e é personagem decisiva no processo de luta pela fixação da Vila Planalto. Sua imagem de Brasília, de certa forma, amplia e modifica a do pai, como podemos constatar por meio de suas palavras, registradas no documentário historiográfico “Mãos à obra em Brasília”:

Estudava lá, na cidade lá, desde pequenininha, né? E na minha sala só tinha eu e um garoto, né, que éramos de cor. Então até os próprios professores não nos respeitavam, né? Hoje em dia, com o seu trabalho, né, como a luta por melhorias e tudo – é uma luta constante, é luta de sobrevivência mesmo. Luta de ser pessoa,

de ser mulher. É uma luta, né? E aí vão acontecendo as coisas, e tudo que acontece, as pessoas vão lhe respeitando...
Eu adoro Brasília, eu gosto de Minas pra passear, né, tenho parentes, e outros locais. Mas pra morar é Brasília, adoro isso aqui. Principalmente Vila Planalto, eu não quero sair daqui nunca! [ri]
Quero morar aqui nessa casa até morrer! Vou morrer nessa casa.

Assim, nos contextos das pesquisas das quais participo em Brasília, sujeitos comuns e anônimos, oprimidos, ao serem trazidos para a cena histórica, oral, visual e escrita, por meio de suas memórias, mostram que preservam outros poderes, rompem com vários silêncios do passado e do próprio presente. Fornecem elementos que abrem para a reflexão de que a pertinência a uma cultura e o direito à memória, à história são dimensões da cidadania e se incluem nas relações de sujeitos com os espaços rurais e urbanos, como desejos de completude, segurança, proteção, aventura, como disputas de poder na sociedade.

O espaço do direito à fala, do direito à palavra pode fazer emergir práticas de sujeitos de suas próprias histórias, que também deliberam sobre seus rumos, afirmando que esses devem ser direitos abertos e acessíveis a outros indivíduos.

Nos projetos desses sujeitos, na sua humanidade, reside a vitalidade de suas tradições em reelaboração na construção de direitos no presente, tarefa inconclusa. Então, a continuidade dessas tradições são dimensões de luta e dignidade diante desses enfrentamentos.

São relacionamentos, sentimentos e decisões que acabam por dar materialidade às experiências e conexões entre o rural e o urbano, e não ao contrário. São alternativas de interpretações de como sujeitos ativos enfrentam condições vividas historicamente, que fazem emergir interesses e intenções que entrecruzam rural e urbano. Assim, poderemos começar a entender como a cidade e o campo vão provocar ações e reações em gerações sucessivas, numa interação sem fim, pela incorporação do que são e experimentam historicamente seus moradores. Cidade e campo também estão sujeitos a todas as fantasias, desejos e contradições próprios da condição humana, que transcendem os limites da razão.

NOTAS

¹ BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. (Trad. de Sergio Paulo Rouanet), São Paulo, Brasiliense, 1987. E também MATOS, Olgária C. F. *Os arcanos do inteiramente outro. A escola de Frankfurt. A melancolia e a revolução*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

² GAGNEBIN destaca o aspecto “construtivista” nas “teses” de BENJAMIN.. “... para evitar que a teoria benjaminiana sobre a experiência seja reduzida à sua dimensão nostálgica e romântica, dimensão essa presente, sem dúvida, no grande ensaio sobre O narrador, mas não exclusiva...” Ver GAGNEBIN, Jeanne-Marie. “Prefácio - Walter Benjamin ou a história aberta”. In BENJAMIN. *op. cit.*, 1987, p. 10 (aspas da autora) e também, nessa mesma edição citada, BENJAMIN, “teses” nº 14 e 17, pp. 229, 230 e 231.

³ Ver GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. (Trad. de Carlos Nelson Coutinho), Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989. Para este pensador, em qualquer atividade intelectual, por mais simples que seja, na linguagem, está contida uma determinada concepção de mundo.

⁴ Ver GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. (Trad. de Maria Betânia Amoroso), São Paulo, Cia das Letras, 1987, pp. 15-25.

⁵ BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. (Trad. de Yara Frateschi Vieira), São Paulo/Brasília, Hucitec/Ed. UnB, 1987.

⁶ Consultar a respeito: GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. (Seleção, tradução e notas de Manuel Sacristan), México, Siglo XXI, 1970. *Literatura e vida nacional*. (Tradução e seleção de Carlos Nelson Coutinho), Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1978, cap. III, pp. 103-138. CHAUI, Marilena. Seminários. *O nacional e o popular na cultura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 15-17. E também *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Cortez, 1989, pp. 86-88. MAGALHÃES, Nancy Alessio. *Ordem política e a questão da democracia no Brasil – o governo Castelo Branco*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IUPERJ, Rio de Janeiro, 1979, mimeo. MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo*. São Paulo, Hucitec, 1989, cap. IV – Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão, pp. 97-137.

⁷ MATOS. *op. cit.*, 1989, especialmente p. 247: “[...] A determinação econômica da qual deriva o político é uma das recusas da Teoria Crítica: exploração e dominação não se indiferenciam, não há projeção do político sobre o econômico. Nestes termos, não se inclui a crítica à economia política na Teoria Crítica. Com relação à exploração, a dominação vem primeiro, é instância que permite a apropriação do trabalho alienado”.

⁸ SILVA, Marcos A. da. “O trabalho da linguagem”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. nº 06, nº 11, set. 85/fev. 86, pp. 45-61.

⁹ Consultar MAGALHÃES, N. A.; NUNES, J. W. e PAIVA CHAVES, T. M. C. Série ABRIGOS DA MEMÓRIA NA VILA PLANALTO-DF. Dois documentários historiográficos em vídeo: “Cadê Brasília que construímos” e “Mãos à obra em Brasília”. Brasília, CPCE-CEAM-DEX/UNB, 1993-1995. MAGALHÃES, N. A.;

NUNES, J. W. e PAIVA CHAVES, T. M. C. "Os difíceis espelhos da memória e seus abrigos - Vila Planalto-DF". In FARRET, R. L. (org.) *Anais do II Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Brasília, ANPUR, 1996, pp. 926-933. MAGALHÃES, N. A.; NUNES, J. W. e PAIVA CHAVES, T. M. C. "Memória e História: diálogos entre saberes". In PARTICIPAÇÃO. REVISTA DEX/UnB. Brasília, nº 02, dez./97, pp. 36-42. E também MAGALHÃES, N. A. et aelii. "Abrigos da memória em Brasília-DF". Projeto de pesquisa e extensão. CEAM-NECO-DEX-UnB, FAP-DF. Brasília, 1995-98. Em convênio com DePHA-SCE-GDF, a partir de 1998 e MAGALHÃES, N.A. (dir.). MEMÓRIAS DE CÁ E DE LÁ – Paranoá – DF. Documentário historiográfico em vídeo. Brasília, NECOIM-CEAM-DEX/UnB, FAP-DF, IPHAN e DePHA – SCE – GDF, 1998.

¹⁰Ver ROUANET, Sérgio Paulo. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987, pp.116-123.

¹¹Ver a respeito MATOS, Olgária. "Drama barroco: topografias do tempo". In *História Oral*. ABHO, São Paulo, nº 01, jun. 1998, pp. 52-53 (grifo da autora).

¹²WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade, na história e na literatura*. (Trad. de Paulo Henriques Britto), São Paulo, Cia. das Letras, 1989, p. 390. (grifos meus).

¹³WILLIAMS, *op. cit.*, 1989, p. 229.

¹⁴Recentemente, estudos do Instituto de Pesquisas Aplicadas – IPEA sugerem mudanças, na década de 90, no crescimento das cidades brasileiras: as de porte médio apresentam tendência de se expandirem em ritmo menor em relação ao concomitante inchaço nas grandes metrópoles, sem contrapartida de emprego e qualidade de vida. Ver *Jornal do Brasil*. Caderno Economia. 01/08/1998, p. 15.

¹⁵Ver SANTANA, Charles D'Almeida. *Fartura e ventura camponesas. Trabalho, cotidiano e migrações. Bahia: 1950-1980*. São Paulo, AnnaBlume/Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998 e LUCENA, Célia Toledo. *Artes de lembrar e inventar: (re)lembranças de migrantes*. São Paulo, Arte e Ciência, 1999.

¹⁶Conferir MAGALHÃES, NUNES, e PAIVA CHAVES. *Abrigos da memória na Vila Planalto – D. op. cit.*, 1993-1995, como também projeto de pesquisa do mesmo nome, NECO-CEAM-UnB, mimeo, 1992.

¹⁷Ver JORNAL DE BRASÍLIA, Nossa Cidade, Brasília, 18/10/1998, p. 05.

¹⁸Ver MAGALHÃES, Nancy Alessio. *Marcas da terra, marcas na terra. Um estudo da terra como patrimônio cultural e histórico*. Tese de Doutorado em História Social, FFLCH-USP, São Paulo, 1996, mimeo.